




Instrução das letras e formação naval: Processo educativo na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará

Instruction in letters and naval training: Educational process in the Company of Apprentice Sailors of Pará

Instrucción en letras y formación naval: Proceso educativo en la Compañía de Marineros Aprendices de Pará

Iza Andrielle Batista Duarte Madeira¹ , Alberto Damasceno¹ ,
Karla Nazareth Corrêa de Almeida¹ 

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Autor correspondente:

Iza Andrielle Batista Duarte Madeira

Email: iza_abduarte@hotmail.com

Como citar: Madeira, I. A. B. D., Damasceno, A., & Almeida, K. N. C. (2025). Instrução das letras e formação naval: Processo educativo na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e23121. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23121>

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o processo educativo desenvolvido pela Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPA) durante o período de 1870 a 1877. Os processos educativos desenvolvidos na Instituição junto a crianças paraenses no final do século XIX nos permitiram refletir sobre a importância histórica desse espaço educativo no fornecimento de ensino e formação ao alunado. Adotamos como metodologia a pesquisa documental, fazendo uso de ofícios, decreto, regulamento da Instituição, falas e os relatórios apresentados pelos presidentes da província. Constatamos que a Marinha se constituiu como uma força estatal ao desenvolver a iniciativa de formação de crianças para se tornarem futuros marinheiros. Ademais, a Companhia foi uma instituição educativa classificada como “escola especial”, sendo espaço formativo distinto da instrução pública regular exercida durante o Império brasileiro. Também é relevante destacar que o ensino das primeiras letras da instituição muitas vezes era ofuscado pela formação profissional e militar.

Palavras-chave: Ensino. Instrução Pública. Marinha. Província do Pará.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the educational process developed by the Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPA) during the period from 1870 to 1877. The educational processes developed at the institution with children from Pará in the late 19th century allowed us to reflect on the historical importance of this educational space in providing education and training to

students. We adopted documentary research as a methodology, using official letters, decrees, regulations of the institution, speeches and reports presented by the presidents of the province. We found that the Navy established itself as a state force by developing the initiative to train children to become future sailors. Furthermore, the Company was an educational institution classified as a "special school", being a training space distinct from the regular public education provided during the Brazilian Empire. It is also important to highlight that the teaching of the first letters at the institution was often overshadowed by professional and military training.

Keywords: education. Public Instruction. Navy. Province of Pará.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar el proceso educativo desarrollado por la Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPA) durante el período de 1870 a 1877. Los procesos educativos desarrollados en la institución con niños de Pará a finales del siglo XIX nos permitieron reflexionar sobre la importancia histórica de este espacio educativo en la formación de los estudiantes. Adoptamos la investigación documental como metodología, utilizando cartas oficiales, decretos, reglamentos de la institución, discursos e informes presentados por los presidentes de la provincia. Descubrimos que la Marina se consolidó como una fuerza estatal al desarrollar la iniciativa de formar a niños para convertirse en futuros marineros. Además, la Compañía era una institución educativa clasificada como "escuela especial", siendo un espacio de formación distinto de la educación pública regular proporcionada durante el Imperio brasileño. También es importante destacar que la enseñanza de las primeras letras en la institución a menudo se veía eclipsada por la formación profesional y militar.

Palabras clave: Educación. Instrucción Pública. Marina. Provincia de Pará.

INTRODUÇÃO

Em 1808, a Coroa portuguesa reformulou a administração da colônia brasileira, o que configurou o fortalecimento e a estruturação da soberania de Portugal. Daí se fez necessário expandir a esquadra portuguesa para a Marinha brasileira. A finalidade era a ampliação do controle da costa litorânea e, para consolidar este empreendimento, era imprescindível o engajamento para o fortalecimento da tripulação naval, que deixaria de ser uma tripulação predominantemente estrangeira para tornar-se nacional. A fim de alcançar tal objeto, foi fundamental a implantação das companhias de aprendizes marinheiros pelo território brasileiro (Madeira, 2024).

Ao iniciar a fundação das suas companhias de aprendizes marinheiros, a Marinha as distribuiu em diferentes porções do território brasileiro para a formação de marinheiros. Ao longo do século XIX, as companhias se consolidaram como um projeto de envergadura em âmbito nacional. A primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros foi no Rio de Janeiro e, somente 15 anos depois, foi criada a segunda companhia, desta vez na Província do Grão-Pará (1855).

Os motivos que fomentaram a instalação desta instituição se devem ao fato de que a Administração Naval necessitava afirmar sua presença e força nas províncias do Império durante a segunda metade do século XIX, em especial, na defesa contra ameaças internas, como a revolta da Cabanagem¹ (1835-1840). Além de abrigar uma grande quantidade de crianças desvalidas na região, sobretudo, formadas por menores aprendizes caboclos, que viriam a compor as guarnições dos navios de guerra (Lima, 2013), elas se constituíam para o desenvolvimento da Marinha em relação à educação e formação profissional dos aprendizes marinheiros recrutados.

¹Foi uma das revoltas mais violentas do período Regencial. "A cabanagem procedeu-se em um movimento ocorrido entre os anos de 1835 a 1840 na região conhecida como Grão-Pará (localizada nos atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia), envolvendo a elite da região, lavradores, camponeses, negros, escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas" (Melo & Santos, 2020, p. 103320).

Desse modo, nossa investigação busca responder à seguinte questão: como se dava o processo educativo na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPA) no período de 1870 a 1877? Logo, insere-se no campo da História da Educação, a partir da temática da História das Instituições Educativas, em razão de estudarmos os processos educativos desenvolvidos na CAMPA junto a crianças paraenses no final do século XIX. Ao realizar essa incursão, podemos justamente elaborar uma reflexão qualificada sobre a importância desse espaço educativo.

A CAMPA se caracterizava como uma instituição que funcionava em regime de internato, dando assistência às crianças desvalidas, com idade entre 10 e 17 anos, na província paraense. Além disso, a Companhia oferecia o ensino de primeiras letras articulado a ensino profissional (formação militar e naval), educação religiosa e musical, moradia, alimentação, roupa lavada e engomada, assistência médica e o recebimento de pecúlio, que era efetuado ao final do processo formativo dentro de um estabelecimento militar.

Além da instalação do prédio no Arsenal, a CAMPA também contava com o navio-escola, que funcionava como “seção filial”, conforme previsto no artigo 12, do Regulamento, que dispunha sobre a aquisição de uma “Embarcação de Guerra para servir de Escola [...] igualmente como Quartel” (Brasil, 1855). Esses navios de instrução também serviam como um ambiente que funcionava com o propósito de acostumar os recrutas à vida ao “mar”. Na região amazônica, a vida náutica se daria nos rios, principalmente no caso dos aprendizes marinheiros recém-recrutados nas viagens e cruzeiros do navio-escola pela região paraense, uma espécie de estágio a bordo.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, optamos pela pesquisa documental, que é caracterizada pelo uso de documentos como fontes históricas. Estas se apresentam enquanto discursos ou redes de práticas e representações que precisam ser analisadas (Barros, 2012). Além disso, as fontes são indispensáveis para interpretar, criticar e, conseqüentemente, construir um conhecimento histórico (Rodríguez, 2010).

As fontes analisadas foram ofícios, o decreto-regulamento da CAMPA (Brasil, 1855), falas e os relatórios apresentados pelos presidentes da província no período imperial (Pará, 1857a; 1857b; 1858; 1875a; 1875b; 1876; 1877). Tais fontes históricas constituíram-se como importante instrumento para o exame da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará em relação ao processo formativo de crianças e jovens.

Além da identificação e seleção das fontes, o método da pesquisa documental visa a organização e sistematização dos dados a serem catalogados e analisados. Com isso, para o tratamento das informações, realizamos inferências das interpretações que emergiram. Compomos essa etapa de escrita dialogando com autores de referência no campo da historiografia, por meio da pesquisa bibliográfica.

Tecemos este escrito pela ótica da História das Instituições Educativas, ancorados em Justino Magalhães (1996, 2004) e Décio Gatti Júnior (2007). Como a abordagem dos processos de formação e de evolução das Instituições Educativas é um campo de conhecimento historiográfico em constante renovação no campo da História da Educação, sobretudo, porque permite a construção de processos históricos que conferem uma identidade às instituições educativas (Magalhães, 1996).

Para Magalhães (2004), a construção da identidade histórica das instituições educativas é um desafio complexo, integrando e relacionando uma variedade de categorias e variáveis, utilizando técnicas interdisciplinares de abordagem sociológica, pedagógica, econômica, organizacional, curricular e antropológica (Magalhães, 2004). Logo, isto requer que a escrita desta história educacional venha articulada com “variáveis externas com as variáveis internas à instituição, umas e outras mediatizadas por fatores socioculturais e biográficos, relativas aos públicos, incluindo a definição de público-alvo” (Magalhães, 2004, p. 142). Ora, o processo educativo também é concebido pela identificação dos sujeitos, seja pela memória seja pela

representação no interior da Companhia, tida como apropriação, que nada mais é do que o resultado da ação dos atores envolvidos na formação (Magalhães, 2004).

Nesta perspectiva, a análise da História das Instituições Educacionais tem como objetivo “revelar”, por meio dos diversos atores envolvidos no processo educativo, o que ocorreu dentro das escolas, de modo a obter um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais (Gatti Júnior, 2007). Os sujeitos inseridos neste espaço perpassam as diversas formas de constituição de um ideal socialmente construído de sujeito após os processos de ensino e formação, seja esse o alunado ou o corpo docente da instituição.

Saviani (2005) ressalta que a institucionalização da educação possibilitava o surgimento de instituições educativas de diversos ramos de atuação da sociedade brasileira, por meio do movimento de

imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. [...], do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado (Saviani, 2005, p. 5).

A respeito disso, há a tese de que, durante o Império brasileiro, a Igreja, o Estado e a sociedade civil atuaram como forças organizadas na instrução escolar do Brasil, além de fomentarem, acionarem e mobilizarem iniciativas de educação, ou seja, atuavam como “forças educativas plurais e distintas” (Gondra & Schueler, 2008, p. 41). Isso resultou na instrução pública sob tutela do Estado, configurando-se em uma das forças educativas, atravessada pela complexa relação entre representação, organização e funcionamento da sociedade (Gondra & Schueler, 2008), de forma a manter a ordem sob a ótica capitalista e escravagista. Nesse contexto, além de se constituir como força estatal, a Marinha se estruturou como uma força educativa quando desenvolveu a iniciativa de formação de crianças em futuros marinheiros, pois a CAMPA, além de ser instituição militar, se assemelhava a outras instituições de ensino assistencialistas, sendo mais um “espaço para educação e formação profissional” (Santos, 2016, p. 150).

Em relação à História da Marinha e às companhias de aprendizes marinheiros, utilizamos os estudos de Rodrigues (2022), Edina Gama (2017), Solyane Lima (2013), Santos (2016) e Venâncio (2013). Ademais, na perspectiva referente à formação de marinheiro, tomamos o estudo de Norbert Elias (2006) sobre a gênese da profissão naval e, principalmente, sobre a condição de aprendiz. Elias destaca a peculiaridade na formação dos marinheiros, tendo em vista o local de atuação dos mesmos, ou seja, tal aprendizagem necessariamente deveria ser realizada no mar, pois, quanto mais cedo uma criança fosse inserida, mais rápido dominaria as técnicas da profissão de marinheiro (Elias, 2006). Além disso, acionamos o viés educacional com as pesquisas de Saviani (2005), Gondra e Schueler (2008), Nery (2013), entre outros.

O PROCESSO EDUCATIVO NA CAMPA: INSTRUÇÃO ÀS LETRAS PELO VIÉS DA FORMAÇÃO NAVAL

Magalhães (2004) afirma que o conhecimento da genealogia de uma instituição educativa é analisar sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento e apropriação. Ademais, a “dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios aos processos, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional” (Magalhães, 2004, p. 58).

Por meio da História das Instituições Educativas, é possível conhecer o funcionamento do processo de educação no interior da CAMPA pelo seu cotidiano, em relação ao alunado, entre outros aspectos. Logo, a rotina no quartel tinha um papel fundamental na organização do cotidiano do aluno na instituição, o que tornava possível a formação geral, que, conseqüentemente, materializava o processo educativo almejado pela Marinha à CAMPA.

Entendemos que o currículo é um *locus* privilegiado de interação entre “saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação” (Silva, 1996, p. 197), pois o mesmo materializa relações sociais que são fundamentais para o processo de formação de subjetividades (Silva, 1996). Nessa perspectiva, a moralização dos costumes se impunha aos mais jovens e pobres pela via da instrução e do trabalho, via esta atravessada pela formação imposta aos aprendizes marinheiros, como podemos perceber no mapa de atividades semanal da CAMPA (Quadro 1).

Quadro 1 - Rotina semanal dos aprendizes marinheiros da CAMPA

Distribuição do tempo para o exercício e estudos dos aprendizes marinheiros							
Dias / Horário	Domingo	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
5h da manhã	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina
5h30 - 7h30	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Lavagem de roupa	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Lavagem de roupa
7h30 - 8h	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes
8h - 8h30	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
9h - 11h30	Missa e Mostra	Escola*	Escola*	Escola*	Divisão de Mostra	Escola*	Limp. de Armamento ***
Ao meio dia	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
13h - 15h	Descanso	Exercício de passos e manejo***	Exercícios náuticos**	Exercício de artilharia** *	Bordejo	Exercício de passos e manejo***	Limpeza do físico
15h - 17h	Natação**	Descanso	Descanso	Descanso	Natação**	Descanso	Limpeza de uniformes
17h - 17h30	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia
18h da tarde	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas
18h - 19h30	Recreio	Recreio	Recreio	Ladainha	Recreio	Recreio	Ladainha

19h30 - 20h	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher
20h - 21h	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio

Fonte: Adaptado pela autora com base no Relatório CAMPA de 1876 (Pará, 1876a), parte do Arquivo Nacional, A. N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, código XVIII M 3.

*Aulas de primeiras letras.

**Os exercícios náuticos constam com a nomenclatura de cabos e trabalhos de marinheiros.

***Os exercícios de artilharia contam com a nomenclatura de peça e sua aplicação.

Como disposto no Quadro 1, há indicadores legítimos de um processo sistêmico que “controla, regula e governa” (Silva, 1996, p. 173), de forma detalhada, o cotidiano dos aprendizes marinheiros, desde o alvorecer do dia até o cair da noite. Sua rotina é caracterizada pelo rigor da disciplina do tempo, efetuando-se atividades que deviam ser desenvolvidas diariamente e sempre em horários fixos, como a faxina, mostra de uniformes para a revista pelos oficiais superiores, almoço, jantar, ceia e os ritos de preparação para o sono, como a faxina das macas², o recolhimento e o toque de silêncio.

Se o currículo manifesta as intenções e as relações de poder atuantes da Marinha, do Arsenal e da CAMPA sobre os aprendizes marinheiros, compreendemos e concordamos com Silva (1996), quando enfatiza que o aspecto de regulação moral do currículo é intrínseco “à própria história de escolarização das massas”, “à gênese da escola”. Nesta perspectiva, a formação dos aprendizes marinheiros extrapola a organização de tempo e espaço para materializar a regulação moral e a moldagem dos corpos do alunado pelo disciplinamento e rigor, impondo uma obediência hierárquica.

Outro aspecto a destacar está na formação curricular da CAMPA, que era de até três anos ou até quando os aprendizes marinheiros completassem 16 anos de idade. Conforme o Regulamento, era composta por três dimensões: educação escolar, profissional (atividades náuticas) e instrução militar. Ao completarem um ano de formação no Quartel da Companhia, vinte meninos “robustos e adiantados” eram selecionados pelo comandante, para receberem as aulas práticas nas embarcações em viagens e cruzeiros, que poderiam se dar no navio escola ou em outro destinado à missão especial. Também cabe mencionar que o tempo a bordo estava relacionado à distância e às condições temporais. Posteriormente, ao término de uma viagem, eram escolhidos outros aprendizes marinheiros para o revezamento. Sobre esse primeiro ano de formação, deduzimos que era voltado para a instrução escolar, uma vez que ocorria no Quartel do Arsenal, e muitos destes meninos ainda não tinham obtido outro modo de escolarização anterior ao ingresso na CAMPA.

Em relação a essa formação geral na CAMPA, o relatório do presidente da província (Pará, 1858) a enfatizava como educação escolar, como “escola” de primeiras letras, de aritmética, de doutrinas cristãs, de náutica, de artilharia e de pelotões. O diferencial das aulas em terra ou no navio escola dava-se a partir das práticas intrínsecas à vida no mar ou, no caso paraense, no rio, assim como também com a instrução sobre o porto e o manejo dos instrumentos da embarcação.

Venâncio (2013) confirma que as atividades educativas eram destinadas aos aprendizes marinheiros em forma de atividades semanais, nas quais eles

aprendiam os tradicionais ofícios que todo marinheiro deveria saber, tais como manejar arma, remar, coser velas, desfilar em ‘mostras’ e ‘bordejar’ em navios, mas também recebiam aulas de natação, incomuns na época, e mais importante ainda: durante quatro vezes na semana

² Trata-se do que compreendemos como camas dos dormitórios.

estudavam as 'primeiras letras', prática rara em uma sociedade na qual apenas 16% da população entre seis e 15 anos frequentava a escola (Venâncio, 2013, p. 199-200).

As crianças recebiam a educação escolar (instrução primária) juntamente com a formação profissional (náutica) e a instrução militar, distribuídas conforme as diretrizes existentes no Regulamento da CAMPA. A dimensão da instrução militar era voltada para a introdução do aprendiz no mundo da Armada, com vistas à composição de "um corpo militar organizado desde sua formação enquanto tropa" (Santos, 2016, p. 89), ou seja, aprendiam as técnicas e táticas de combate, consciência de hierarquia e disciplina.

Os aprendizes marinheiros precisavam se habituar a "aprenderem a entrar em forma, perfilar, volver á direita e á esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado" (Brasil, 1855). Logo, nesta escola de pelotão, necessitariam manejar "armas brancas, a nomenclatura da palamenta³, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada hum destes instrumentos" (Brasil, 1855). Isso tudo para ingressarem no universo das Forças Armadas, cujo treinamento e organização da tropa eram fundamentais para atingir a obediência, característica fundamental das instituições que se baseiam em hierarquia e disciplina, os pilares para manter a ordem (Santos, 2016).

Por sua vez, a dimensão da instrução prática profissional consistia em fazer com que os aprendizes aprendessem "os misteres relativos á arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, *coser panno*, entralhar, &c., e, finalmente, aparelhar, e desaparelhar um Navio" (Brasil, 1855). Dessa forma, a instrução náutica era mais específica para a vida marítima, ou seja, profissional. Esta era ofertada semanalmente na rotina, distribuída em dois dias (domingo e quinta-feira) para a aula e/ou prática da natação, com duração de duas horas, nos referidos dias. Esta compreendia uma boa parte do tempo de formação geral dos aprendizes marinheiros, conforme observado, além de dispor de um navio escola para o desenvolvimento de tais atividades na Companhia em viagens, cruzeiros e tarefas afins.

O ingresso dos meninos neste universo naval requeria momentos específicos para aquisição da cultura marítima, sobretudo, na aprendizagem profissional, o que, segundo Jaime Rodrigues, era como,

[...] aprender uma língua diferente de qualquer uma falada em terra ou de qualquer outro jargão profissional [...] Seus primeiros passos, como os de todo aprendiz, foram aprender as tarefas do trabalho e os nomes das partes da embarcação: as diferenças entre popa e proa, bombordo e estibordo; a distinção das tarefas ligadas às velas e mastros; a hierarquia de bordo, do capitão ao grumete; o reconhecimento dos vários tipos de navios – brigues, escunas, chalupas e muitos outros – e também as designações específicas dos elementos da natureza (ventos, tempestades, correntes) (Rodrigues, 2022, p. 211).

Essa linguagem específica era concisa e técnica, além de evidenciar as relações sociais deste coletivo. Quando aprendiam a linguagem marítima, os aprendizes marinheiros não estavam apenas aprendendo "as primeiras palavras na vida ao mar", mas "também conhecendo sua posição na hierarquia e descobrindo que a primeira forma de comunicação a bordo do navio era o comando" (Rodrigues, 2022, p. 211).

Acerca do comando aos aprendizes marinheiros, um grupo de nove meninos foi selecionado para ir ao canal do português Leonardo Augusto de Farias Vivas, com a finalidade de executar tarefas fora do processo educativo, proposto pela Instituição, de cortar cana no Engenho do Murutucu do referido proprietário (Pará, 1875b). Essa tarefa externa à CAMPA foi legitimada pelo Comandante do quartel pelo fato de estarem presentes um guarda e um imperial de 2ª classe na supervisão dos nove aprendizes marinheiros.

³ Conjunto de objetos pertencentes ao aparelho e serviço de embarcação miúda, tais como remos, mastros, velas, etc.

No ano de 1875, este grupo tinha a faixa etária entre 14, 15 e 17 anos, dos quais, entre os nove menores indicados, sabemos que sete deles foram enviados ao Corpo Central da Marinha, para a Corte no Paquete Bahia, em 12 de outubro de 1875, um mês após irem para o canal de Murutucu (Pará, 1875a). As tarefas extras ao processo educativo comprovaram a valorização de trabalhos práticos, seja no interior do Arsenal de Marinha ou para atender demandas alheias ao Quartel da CAMPA, acima citado.

A Companhia contribuía para a manutenção dessa ordem pela ação empregada na instrução pública, por meio do ensino das primeiras letras, da formação profissional e militar e, também, o que seria uma unidade para forjar os ideais do período Imperial. Tais instituições, mesmo que, “em um primeiro momento, tenham se inserido no velho mecanismo de recrutamento para a Armada Imperial, ao longo da metade do século XIX elas ganharam certa autonomia em relação ao Corpo de Imperiais Marinheiros” (Santos, 2016, p. 149).

A partir do Ato Adicional Diogo de Feijó, a responsabilidade para com a instrução pública primária e secundária foi repassada para as províncias. Entretanto, em que pese este Ato legal, sua efetivação na província paraense “ocorreu apenas sete anos depois, por meio da Lei nº 97 de 1841” (Santos & Damasceno, 2019, p. 70). Esta lei instituiu a reorganização do ensino primário em Escolas de Primeiras Letras, além de sistematização dos conteúdos e disciplinas, sobretudo nas escolas para o sexo masculino “tinham por objeto as seguintes matérias: Leitura, escrita, aritmética até proporções, gramática e ortografia, noções dos deveres morais e religiosos, geometria prática e noções gerais da história e geografia do império” (Nery, 2013, 68).

Este ensino de primeiras letras para um grupo específico acontecia em certo tipo de escola, referenciado no relatório da província do presidente Pedro Vicente de Azevedo (Pará, 1875), que apresentou a oferta da instrução primária compreendida por 250 escolas de ensino primário, dentre as quais 199 eram públicas, 40 eram particulares e 11 classificadas como “escolas especiais”⁴ (Pará, 1875). No âmbito desta última, a CAMPA foi categorizada como “escola especial”, por ter sua finalidade vinculada à instrução pública primária, que era ofertada para uma parcela da população considerada como pobre e desvalida (Matos Júnior, 2018). Essa foi a primeira menção da Companhia junto às escolas públicas, particulares e assistencialistas, pois a instituição sempre constava nos relatórios governamentais no tópico da “Força Pública”, distinta das demais instituições educativas anunciadas e inseridas no tópico da “Instrução Pública”.

Nessa perspectiva, vemos que a CAMPA acompanhou as mudanças e permanências da legislação educacional da província do Pará no programa curricular. Isso pôde ser percebido em 1876, quando o Comandante da CAMPA enfatizou que os dias destinados à instrução escolar eram insuficientes para a educação dos meninos,

Instrução primaria - o ensino de primeiras letras esta a cargo do Capellão do Arsenal de Marinha; este Sacerdote só leciona tres veses por semana, porque tem igual incumbencia na companhia de apprendises artifices, muito sofrendo com isso esse ramo principal da instruccão dos menores, porque alem de serem poucos os dias distribuidos na semana para este ensino, occorre mais não demora-se em cada dia o respectivo capellão, mais do que uma ou duas horas, nas quais pouco podem aproveitar os menores. (Pará, 1876).

Fica evidente que, embora para as atividades da semana se estabelecessem 4 dias, com 2 horas e 30 minutos para cada aula, voltados à escola, para instrução primária eram destinados 3 momentos de aulas semanais, com a média de 1 a 2 horas. Esse relatório explicita que o programa de formação executado priorizava os aspectos da formação profissional militar dos aprendizes em

⁴ Colégio de Nossa Senhora do Amparo [F:03], Asilo de Santo Antonio [F:01], Seminário [M:01], Instituto de Educandos [M:01], Arsenal de Marinha [M:01 - CAMPA] e de Guerra [M:01], Corpos do Exército [M:02], Escola da Cadeia Pública da Capital [M:01] (Pará, 1875b).

detrimento das aulas primárias, principalmente quando ocorria a redução dos dias e duração das aulas, ambos instituídos no Regulamento da CAMPA.

A fala do presidente da província em 1877 (Pará, 1877b) relatava, novamente, a situação em que se encontravam a instrução e a formação dos meninos na CAMPA, testemunhando que os mesmos recebiam “a conveniente instrução militar e nautica, e revelam algum aproveitamento. E', porém, alli deficiente o ensino de primeiras letras, devido naturalmente ao pouco tempo de que dispõe o professor” (Pará, 1877b, p. 48). Esse relato comprova a condição deficitária do ensino de primeiras letras em relação à formação profissional militar que o referido presidente afirmou ser proveitosa na instituição. Além disso, argumentava-se que o responsável pelo ensino precisava se dividir entre as duas companhias existentes no Arsenal de Marinha, a CAMPA e a Companhia de Aprendizes e Artífices, fundada no ano de 1871. Logo, ambas as instituições tinham poucos dias destinados ao ensino de primeiras letras.

Ainda sobre as dificuldades na efetivação do ensino de primeiras letras desenvolvido na CAMPA, houve situações em que o déficit curricular chegou a materializar casos de jovens que seguiram

[...] para o Corpo Central *dous Aprendizes Marinheiros desta Companhia, sem saberem ler nem escrever*, e não me sendo possível dar exato cumprimento á essa ordem, informando satisfatoriamente em consequencia de ter assumido o commando desta Companhia no mes de junho proximo passado, data posterior á remessa dos ditos Aprendizes Marinheiros, ordenei ap official de fazenda João Sebastião da Silva Lisboa, que exerce as funções de professor de primeiras letras, que informasse a tal respeito e assim remetendo eu a V.S^a a informação que me dirigiu, julgo ter cumprido a ordem sua recebida.

Atestifica o official de fazenda em sua informação esse trata não só á *falta de intelligencia* dos *dous Aprendizes Marinheiros*, como tambem terem elles *distrahidos para diferentes serviços do Arsenal* durante o tempo que prodenció applicar-se aos estudos, ao distaciamento que ficarão para bordo do brigue Maranhão durante oito meses e ao pouco tempo desta a bordo para funcionar as aulas (Pará, 1875b [1870], notação 41, grifo nosso).

A justificativa dada ao Corpo Central da Marinha era de que a falta de apreensão das habilidades de leitura e escrita devia-se ao fato de que, durante uma gestão interina, a Companhia tinha privilegiado a formação náutica, com a prática desenvolvida no Navio-escola, em detrimento das aulas de primeiras letras. Até porque nesse período a função de Mestre era instável na instituição, principalmente pela rotatividade de pessoal no cargo (Pará, 1875b [1870], notação 41). Nesse caso, o comandante afirmava que os aprendizes estavam distraídos com os exercícios práticos, como se eles pudessem direcionar sua formação na Instituição, já que, segundo o comandante/inspetor da CAMPA, os dois aprendizes apontados eram “desprovidos de inteligência”.

Observamos que a declaração responsabilizava os jovens, quando, na verdade, era o professor que tinha um tempo limitado de horas para aprimorar o ensino escolar, já que ele dividia seu tempo e dedicação com alunos de duas instituições, no interior do Arsenal. Os aprendizes marinheiros praticavam mais profissão militar do que a escolar, devido às inconstâncias do processo educativo da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará.

Outro fator relevante era a construção da identidade naval baseada na valorização das conquistas da Marinha, no interior das companhias. Para tal concepção, vemos o ensino de História do Brasil presente nesta formação na CAMPA. A partir do ano de 1877, o Inspetor do Arsenal de Marinha recebe alguns exemplares do livro *A Marinha de Guerra Brasileira na Campanha do Paraguay* (Pará, 1877a), de autoria de Theotônio Meirelles da Silva⁵, cuja publicação aconteceu em

⁵ Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, por volta de 1822/1823. Ingressou na Academia de Marinha, no ano de 1838, por apadrinhamento. Por 16 anos, serviu à Armada Imperial (1838-1855). Em 1855, foi reformado, mas contribuiu com a Marinha civilmente como pioneiro na produção historiográfica sobre a história naval brasileira (Gama, 2017).

1876. Os exemplares foram enviados a mando da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha para a CAMPA, com vistas à instrução dos aprendizes marinheiros, identificados também por “mocidade estudiosa”, modo como o próprio autor se referia aos aprendizes marinheiros (Gama, 2017). A obra possuía 287 páginas, nas quais o escritor pretendia

tornar conhecido, com mais facilidade, os feitos gloriosos da marinha brasileira. E escrever o que se disse oficialmente a respeito da guerra naqueles lugares, sem invenção ou criação, tampouco descrição, por sua conta, do que não presenciou, cabendo-lhe a tarefa de colecionar e resumir os fatos (Silva, 1876, p. 1, apud Gama, 2017, p. 127).

O livro apresentava uma história contemporânea no momento em que foi escrito, uma vez que narra os fatos da Guerra do Paraguai e o papel da Marinha nessa Campanha, que findou em 1870, ao passo que em 1876 já se publicava o referido livro. De acordo com Edina Gama (2017), o texto baseou-se nos documentos oficiais, “cabendo-lhe somente ordenar os fatos e resumi-los, o que fez de forma elogiosa” (Gama, 2017, p. 128). Essa exaltação à Marinha e, por conseguinte, ao Estado evidenciava uma historiografia tradicional, que se pautava na história naval “imbricada à história nacional, mediante o emprego de farta documentação oficial sobre o conflito e descrição detalhada das batalhas e de seus heróis” (Gama, 2017, p. 131-132).

A utilização desse livro evidencia uma prática educativa (Silva, 2017) alicerçada ao enaltecimento de heróis da Marinha, por meio do ensino da história naval, no que se refere à Guerra do Paraguai. Embora não tenhamos informações de como foram trabalhados os exemplares do livro na instrução e formação dos aprendizes marinheiros, fica claro que, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e o comandante da CAMPA, era fundamental, aos meninos, a construção e valorização da cultura marítima pelos “grandes feitos e conquistas” na história do Brasil, relacionada ao papel da Marinha na constituição da nação.

Na instrução escolar, o ensino das primeiras letras também incluía a doutrina cristã, com ambas as formas de ensino sendo ministradas pelo Capelão ou “um praça” – oficial marinho –, que serviam de “Mestre de Escola” (Brasil, 1855). Percebe-se que o Regulamento denomina o cargo de professor do ensino de primeiras letras como “Mestre de Escola” ou tão somente “Mestre”, termo que era utilizado no período da Grécia e Roma antiga para se referir à profissão de trabalho servil e que historicamente apresenta a figura do mestre de modo desprezível pela condição relacionada aos “escravos” – pedagogos. No fim dos anos de 1200, na Itália, surgiram os chamados “mestres elementares”, que eram dedicados ao ensino da leitura e escrita (Manacorda, 1992).

Na CAMPA, havia o “Mestre de Escola” ou “Mestre”, que era “um Oficial, quando o haja, que a esse exercicio se queira prestar, ou um Inferior que tenha as habilitações necessarias, aprenderão a ler, escrever, contar, riscar mappas, e a doutrina christã” (Brasil, 1855). Esses conhecimentos e habilidades eram relevantes para o desenvolvimento da dimensão escolar, além dos cargos de que esses mestres, com atuação específica, ocupavam na instrução dos aprendizes marinheiros na dimensão profissional militar. O Regulamento (Brasil, 1855) indicava o que deveria ocorrer no dia a dia da formação dos aprendizes na CAMPA. Nos artigos 21 e 22 do referido Regulamento, estava prescrito que, após um ano de aquartelamento no prédio do Arsenal, apenas 20 aprendizes, por vez, seriam liberados para a realização de viagens e cruzeiros, e seriam aqueles que fossem adiantados na formação e tivessem boa constituição física.

Ainda sobre o ofício do quartel, o comandante apresentou uma crítica ao

Capitão Tenente Marcondes José de Araujo, que então commandava interinamente esta Companhia. Creio, que máo systema, até então seguido nesta Companhia, de terem os Aprendizes Marinheiros aquartelamento abordo do Hiate Rio Formoso, onde nada podem aproveitar, por que não havendo ali as maior necessarias a instrucção de que carecem, precisam vir ao Arsenal para os differentes exercicios, cessará logo que prompto o dito Hiate sejam

transportados para ao bordo todos os meios necessários para ali estabelecer-se o ensino de que precisem, Aprendizes Marinheiros (Pará, 1875b [1870], notação 41).

A crítica tecida era de que a formação profissional náutica demandava mais tempo na formação dos aprendizes marinheiros do que o próprio ensino primário, principalmente pela logística de mudança de espaço, fosse no prédio do Arsenal fosse a bordo do navio-escola e demais embarcações.

Ainda sobre a situação do envio de aprendizes marinheiros sem aproveitamento do ensino de primeiras letras, o Oficial da Fazenda, João Sebastião da Silva Lisboa, que lecionava na CAMPA, relatou em ofício que

Os Aprendizes Marinheiros que foram ultimamente recolhidos a Corte sem saberem ler nem escrever são, João Theodoro e João Soares D'Almeida, e as razões de não ter eu podido obter que elles fossem promptos dos rudimentos escolares, são os seguintes: estes dous Aprendizes apesar de terem atados de uma intelligencia bastante acanhada todavia empreguei como me cumpria os meios ao meu alcance a consegui satisfazer o dever que a lei me impõe, mas sempre via os meus esforços baldados, não só pela má vontade que nelles encontrava, a ponto de nenhum caso já fossem dos castigos que na escola se lhes impunha como porque sendo o tempo designado para licionar bastante curto, das 9 horas e meia da manhã ao meio dia, bem pouco e são os dias em que estes dous aprendizes frequentaram a escola, visto como, alem de se acharem quase sempre por ordens superiores empregados em serviços que os afastaram da escola como fossem tripular escalares do Arsenal, em applicação da caza do aparelho, em amarração de embarcações pertencentes ao Arsenal (Pará, 1875b [1870], notação 41).

Da mesma forma, o Oficial de Fazenda (na condição de professor) enfatizou dois pontos apresentados pelo inspetor do Arsenal sobre os aprendizes: inteligência acanhada e a ocupação nas tarefas do Arsenal. Também elaborou uma justificativa sobre a insuficiência do tempo destinado ao ensino primário na Companhia. Ademais, abordou a situação de João Theodoro⁶ e João Soares D'Almeida, os dois aprendizes marinheiros que estavam a bordo do Brigue Maranhão em missão, contando que se encontram

[...] na provincia do Maranhão desde Outucbro de 1868 até 19 de junho de 1869, data em que se ausentaram da Companhia, deixando por conseguinte este sido esse o tempo de ser sobre mez empregados os meios precisos para elles faser comprehender a leitura. Durante a gratificação que procede pelo ensino dos aprendizes, me limitarei a penas a diser que a insuficiencia della faz com que o Capellão do Arsenal, a quem segundo creio, pelas ordens em rigor lhe compelia licionar, despresasse-a para se cahir sobre o official da fazenda, este menor, quanto espinhoso cargo (Pará, 1875b [1870], notação 41).

Percebe-se que a referida missão em outra província demandou 8 (oito) meses, tempo de ausência das aulas de leitura e escrita que impactou o empenho dos mesmos aprendizes neste aspecto da educação. Além disso, ele tece uma crítica ao Capelão do Arsenal, que era responsável pela instrução dos meninos, quando este despreza sua incumbência e, por conseguinte, ela recai sobre outro funcionário do Arsenal, já que tal atribuição era um “espinhoso cargo”. Esse ocorrido foi relatado em 10 de julho de 1870 e, em 25 do referido mês, foi comunicado que o oficial de fazenda na função de professor de primeiras letras abdicou de “continuar n’esse exercicio, em consequencia de seu estado de saude não permittir, que com a assiduidade precisa possa desempenhar n’esse magisterio os seus deveres como fora de desejar, e, sendo de urgente necessidade que esse lugar seja prehemchido” (Pará, 1875b [1870], notação 41).

⁶ Este menino foi alistado e considerado apto para a CAMPA em 1867 (Jornal do Pará, 1867, p. 2).

Sobre esses resultados, além de o ensino ter sido secundarizado em relação à formação marítima dos meninos, ainda enfrentou desafios quanto ao professor/mestre para exercício de tal função na CAMPA, seja pela ausência de aptidão dos selecionados para lecionarem, seja pela rotatividade, seja pelo rebaixamento de cargo/patente, salários inferiores, entre outras.

CONCLUSÃO

No início deste artigo, afirmamos que o objetivo do trabalho consistia em analisar o processo educativo desenvolvido pela Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará durante o período de 1870 a 1877. O desenvolvimento desta discussão perpassou pelas questões referentes ao lugar da História da Educação, das relações com a Historiografia da Marinha e a História das Instituições educativas, principalmente para a compreensão do processo formativo de crianças paraenses na CAMPA.

Concluimos que a CAMPA, enquanto espaço formativo, efetivava um modo de educação distinta, mas também era uma instituição educativa que almejava forjar um futuro corpo de marinheiros destinado à guarda da nação, que se constituía com uma tripulação nacional.

Foi demonstrado que o processo de formação da CAMPA possuía a dimensão de formação escolar, distinta das outras instituições educativas do período, mas se diferenciava destas por dimensão que lhe era peculiar: a profissional e a militar. Esta última dimensão possibilitava que a Companhia de fato fosse uma escola especial. Contudo, a aquisição da cultura marítima acontecia na imersão da formação profissional que as crianças tinham na CAMPA – cultura esta que compreendia desde a linguagem específica e técnicas náuticas dos equipamentos, sobretudo, aprendiam sobre as relações sociais deste coletivo: hierarquia e disciplina.

Vimos também que os aprendizes marinheiros eram regulados moralmente nos aspectos de disciplinamento de seus corpos, por meio do formato curricular posto pela instituição, materializando a legitimação e reforço das hierarquias sociais. Logo, o ensino das letras muitas vezes “disputava” com a formação profissional e militar, seja no espaço reservado na rotina dos aprendizes marinheiros, seja ao atendimento das demandas do quartel, seja pela inconstância de mestres/professores, seja nas instalações dos navios escolas. Enfim, tais influências ficam caracterizadas nas fontes sobre a aquisição das habilidades mínimas (ler, escrever e contar) que os aprendizes deveriam adquirir antes de serem transferidos para o Corpo Central da Marinha, no Rio de Janeiro, para continuação da formação profissional.

Contribuições dos Autores: Madeira, I. A. B. D.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Damasceno, A.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Almeida, K. N. C.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Barros, J. C. D. (2012). Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, 12, 129-159. <https://doi.org/10.18316/332>.

Brasil. (1855). Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855. Rio de Janeiro: Governo Imperial.

- Elias, N. (2006). *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gama, E. L. N. (2017). A historiografia naval brasileira no século XIX: o pioneirismo de Theotonio Meirelles da Silva (1876 - 1884). [Dissertação de Mestrado, Escola de Guerra Naval].
- Gatti Júnior, D. (2007). História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. *Revista Educação em Questão*, 28(14), 172-191.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. F. M. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez.
- Jornal do Pará. (1867). *Ofícios*. Belém, 107(V)2, 2.
- Lima, S. S. (2013). "Um meio de vida decente para os futuros dias": a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe. Congresso Brasileiro de História da Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.
- Madeira, I. A. B. D. (2024). Processo Educativo da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará: Crianças "de cor" a bordo de um "viveiro" (1870-1877). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Magalhães, J. P. (1996). Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo. Braga: Universidade do Minho.
- Magalhães, J. P. (2004). *Tecendo nexos: histórias das instituições*. Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco.
- Manacorda, M. A. (1992). *História da educação: da antiguidade aos nossos dias* (3ª ed.). São Paulo: Autores Associados.
- Matos Júnior, A. G. (2018). A Educação dos menores desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880). [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Melo, M. N. S., & Santos, M. L. S. (2020). Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. *Brazilian Journal of Development*, 6(12), 103318-103333.
- Nery, V. S. C. (2013). Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Pará].
- Pará. (1857a). Relatório do presidente da província do Pará apresentado à Assembléia Legislativa pelo Henrique Beaurepaire Rohan, 15 de agosto de 1857. Belém: Typ. Santos & Filhos.
- Pará. (1857b). Relatório apresentada pelo presidente da província do Pará Henrique Beaurepaire Rohan em ato de posse da nova administração provincial, 27 de outubro de 1857. Belém: Typ. Santos & Filhos.
- Pará. (1858). Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará Dr. Ambrósio Leitão da Cunha à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de dezembro de 1858. Belém: Typ. do Diário do Gram-Pará.
- Pará. (1875a) Relatório apresentado do presidente da província do Pará pelo Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875. Belém: Typographia de F. C. Rhossard.
- Pará. (1875b). *Ofícios dos Comandantes da Companhia de Aprendizes Marinheiros: 1870-1875*. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notações: 41, 50, 91. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará.
- Pará. (1876). Relatório do Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, Arquivo Nacional, Série Marinha, Projeto de Descrição do Acervo Documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Subsérie Arsenais de Diversos Estados - Código XVIII-M 3, 1876. Belém: Arquivo da Marinha do Brasil.

Pará. (1877a). Ofícios da Companhia de Aprendizes Marinheiros. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notação: 115. 1877a. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará.

Pará. (1877b). Fala do presidente da província do Pará pelo Dr. Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1877. Belém: Typ. do Livro do Commercio.

Rodrigues, J. (2022). De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras.

Rodriguez, M. V. (2010). Pesquisa Histórica: O trabalho com fontes documentais. In: C. J. Costa, J. J. P. Melo, & Fabiano, L. H. (Org.). Fontes e métodos em história da educação (pp. 35-48). Dourados: Ed. UFGD.

Santos, A., & Damasceno, A. (2019). A Instrução Pública no Grão-Pará Imperial: os Relatórios dos Presidentes e as contradições de um modelo elitista. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 12(30), 65-88. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i30.9273>.

Santos, W. L. B. (2016). A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Saviani, D. (2005). Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, 4, 27-33.

Silva, T. T. (1996). Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Editora Vozes.

Venâncio, R. P. (2013). Os Aprendizes da Guerra. In M. Del Priore (Org.). *História das Crianças no Brasil* (7ª ed., pp. 192-209). São Paulo: Contexto.

Recebido: 24 de junho de 2025 | **Aceito:** 12 de setembro de 2025 | **Publicado:** 28 de outubro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.